

Grupo de trabalho vai buscar melhorar oferta de gás natural



Vice-presidente concedeu entrevista em evento da Fiesp

O vice-presidente Geraldo Alckmin disse hoje que será criado um grupo de trabalho envolvendo o governo e o setor empresarial para buscar formas de melhorar a oferta

de gás natural. Segundo ele, a sugestão para a criação do grupo foi do presidente da Federação da Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes.

“Destacar a boa

sugestão dele de criarmos um grupo de trabalho formado pelos ministérios de Minas Energia, Casa Civil, Indústria e Comércio, Fazenda, Fiesp, Petrobras e produtores independentes

[de gás]”, disse em entrevista coletiva em um evento na própria Fiesp.

O vice-presidente destacou que o gás é essencial para diversos setores industriais

brasileiros. “Para a gente poder trabalhar no sentido de como ter melhor oferta, mais gás natural, que é um insumo fundamental para a indústria – indústria química, fertilizantes,

cerâmica, até para o comércio”, enumerou.

Alckmin disse ainda que, apesar de parte do gás extraído ter que ser reinjetada nas reservas por questões operacionais,

Jardim Botânico do Rio reabre bromeliário, após nove meses em obras

O bromeliário do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) reabriu, depois de permanecer fechado por nove meses para execução de obras, nas quais foram investidos cerca de R\$ 179 mil. Entre outras intervenções, foram feitas a recuperação do telhado e a reforma do gradil situado no entorno da unidade.

O acervo é composto por 15.180 exemplares. Segundo informou à Agência Brasil o coordenador de Coleção Viva do JBRJ, Marcus Nadruz, o acervo foi formado a partir de coletas de pesquisadores e expedições científicas do Jardim Botânico e outras instituições. “A gente costuma realizar expedições para fazer inventários de locais que têm poucos registros botânicos e acaba encontrando essas espécies, às vezes em flor, traz para a coleção, identifica e chega à conclusão que pode



Acervo do espaço é composto por 15.180 exemplares

ser uma espécie ameaçada de extinção.”

A ênfase é na conservação ex situ (fora do ambiente natural) de espécies endêmicas, raras ou ameaçadas de extinção, elevando a coleção e,

consequentemente, o Jardim Botânico do Rio, ao status de centro de referência mundial na conservação da família Bromeliaceae. A coleção científica tem 2.167 espécimes, ou indivíduos, de 704 espécies,

das quais 96 são ameaçadas de extinção. Elas são originárias de diversos biomas brasileiros, como a Mata Atlântica e o Cerrado, além de exemplares de outros países da América do Sul e Central.

Corrida lembra importância da atividade física para prevenir AVC

A Sociedade de Neurocirurgia do Rio de Janeiro (SNRJ) realiza corrida e caminhada em combate ao Acidente Vascular Cerebral (AVC). Os participantes vão largar às 7h30, do Posto 12 do Leblon, na zona sul do Rio. O percurso da corrida é de 7 km e o da caminhada de 4 km. A chegada é no mesmo ponto de partida.

O evento quer chamar a

atenção sobre a importância da atividade física como forma de prevenção ao AVC.

Números da ONG Ação AVC indicam que mais de um terço de todos os AVCs ocorrem em pessoas que não fazem atividade física regular. A recomendação para redução dos riscos é fazer exercícios moderados entre 20 a 30 minutos,

Após quatro altas consecutivas, confiança empresarial cai 0,3 ponto

O Índice de Confiança Empresarial (ICE), do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), caiu 0,3 ponto em julho, indo para 98,5 pontos, após quatro altas consecutivas. Em médias móveis trimestrais, o indicador mantém a tendência ascendente.

Na avaliação do superintendente de Estatísticas do Ibre/FGV, Aloisio Campelo

Jr., a queda do ICE em julho é “suave demais” para sinalizar uma mudança na tendência de alta iniciada em março. Segundo ele, enquanto o ritmo de atividade corrente parece inalterado no mês, a piora das expectativas nos quesitos que miram os seis meses seguintes sugere preocupação das empresas com uma possível desaceleração no último trimestre do ano. ABR

Censo Demográfico foi lançado no país, em cerimônia em Manaus.

Petrobras defenderá posição de mercado no Cade, diz presidente

O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, disse em São Paulo, que pretende rever a posição da empresa em relação ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Segundo ele, a petrolífera vai se defender das acusações de condutas abusivas nos mercados de óleo e gás.

“Nós vamos atuar [de forma] diferente em relação ao Cade do que o governo anterior fazia. Nós respeitamos as alegações do Cade, mas temos que nos defender, tanto no caso dos combustíveis, que obrigava a vender refinarias, a nosso ver, indevidamente, sem defesa à altura que o caso merecia, como na questão do gás. Nós vamos argumentar, trabalhar dentro dos canais oficiais normais, trabalhar com o Cade para remediar essa situação”, disse em entrevista coletiva em evento na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Em 2019, a Petrobras assinou com o Cade um termo de Compromisso de Cessação em que foi estabelecida a venda de oito das 13 refinarias que a empresa tinha, que

correspondiam a metade da capacidade de refino da petrolífera. O acordo foi uma proposta para encerrar uma investigação do órgão regulador sobre possível prática de abuso de posição dominante pela Petrobras no segmento de refino.

A Petrobras também assinou um acordo semelhante no ramo de gás natural, com o compromisso de se desfazer de ativos, incluindo a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil. No entanto, a empresa ainda mantém controle do gasoduto, e esse é um dos pontos que Prates disse que pretende rever junto ao Cade. De acordo com Prates, a diminuição dos preços faz parte da estratégia da empresa para ampliar a participação no mercado. “O preço do gás da Petrobras será o melhor preço que ela puder oferecer para captar clientes, da mesma forma que o combustível. Nós não vamos deixar um naco de fatia de mercado para o competidor que estiver praticando preços mais altos. Nós temos que ter o preço mais competitivo como produtor importante”, afirmou.

Política

Câmara do DF lança frente em defesa das religiões de matriz africana

A Câmara Legislativa do Distrito Federal lançou a Frente Parlamentar em Defesa e Proteção dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e das Religiões de Matriz Africana.

Os deputados distritais pretendem realizar reuniões periódicas com representantes das comunidades e das religiões para receber demandas e avaliar políticas públicas focadas no enfrentamento do racismo religioso e na garantia de direitos.

“A frente terá prioridade na articulação com as casas e centros dos povos, comunidades e religiões tradicionais de matrizes africanas para o enfrentamento das violações de direitos, defesa da proteção das tradições e avanço de políticas públicas”, disse o deputado Fábio Félix (PSOL), integrante do grupo e presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Ética e Decoro Parlamentar.

Na sessão, o deputado lembrou a aprovação, em janeiro deste ano, do pro-



Deputados vão receber demandas e avaliar políticas públicas

jetos de sua autoria, que pune discriminação a praticantes das religiões de matriz africana no Distrito Federal. A lei cria um programa de enfrentamento ao racismo religioso e estipula multas e sanções a agentes públicos, empresas e estabelecimentos comerciais que praticarem atos discriminatórios.

Regularização de terreiros

Uma das demandas das

lideranças religiosas é a regularização de terreiros, principalmente os localizados em áreas públicas.

Levantamento da Fundação Palmares e da Universidade de Brasília, divulgado em 2018, aponta a existência de 330 terreiros de religiões de matriz africana no Distrito Federal. A maioria (87,8%) fica em área urbana. Do total, 33% são do candomblé, 57% de um-

banda e 9% têm as duas religiões.

A maioria dos terreiros não é legalizado e, com isso, ficam impedidos de acessar benefícios e políticas públicas, como isenção do pagamento de IPTU, previsto em lei para templos religiosos, conforme relato de Adna Santos, Yalorixá Mãe Baiana de Oyá e uma das principais referências do candomblé.

Câmara aprova projeto que atualiza Código Penal Militar

A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei (PL) 9432/17 que modifica o Código Penal Militar. Entre outros pontos, o projeto traz alterações em penas e tipificação de crimes, inclui no código o crime de tráfico de drogas e prevê que militares responderão na justiça comum por crimes sexuais ou praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, desde que “em lugar não sujeito à administração militar”. O texto agora segue para análise do Senado.

Antes da votação, o relator, deputado General Peternelli (PSL-SP), apresentou uma emenda substitutiva global ao projeto retirando do texto o chamado “excludentes de ilicitude”, das definições extras para a legítima defesa. A retirada do trecho possibilitou a votação consensual do projeto. O relator incluiu

também uma emenda para que os casos de violência sexual, doméstica e familiar contra a mulher sejam julgados pela justiça comum desde que não ocorram “em lugar não sujeito à administração militar”.

A deputada Erika Kokay (PT-DF) disse que a inclusão da emenda foi um avanço na defesa dos direitos das mulheres e ajudou na votação consensual do projeto.

“Ainda que seja um crime cometido por militares e a vítima seja militar, ainda nestas circunstâncias não podemos impedir que a legislação, como a Lei Maria da Penha e

uma legislação que existe, elas possam ser aplicadas e que isso não seja considerado crime militar com apreensão da Justiça Militar.

Achamos isso um avanço importante na luta pela defesa dos direitos das mulheres”, disse a deputada.

Produção de petróleo ultrapassa 4 milhões de barris por dia, diz ANP



É a segunda vez que o índice é superado

A produção total de petróleo e gás no mês de setembro totalizou 4,048 milhões de barris de óleo equivalente por dia, (MMboe/d), sendo 3,148 milhões de barris diários de petróleo e 143,07 milhões de metros cúbicos por dia de gás natural, segundo informado no Painel Dinâmico de Produção de Petróleo e Gás Natural.

De acordo com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) essa foi a segunda vez que a produção total ultrapassou a barreira dos 4 MMboe/d, a primeira havia sido em janeiro de 2020.

A produção no pré-sal alcançou 3 MMboe/d e representou 74,11% do total

nacional. O Campo de Tupi produziu 887,71 Mbb/d e foi o que apresentou maior produção. A instalação de maior produção foi o FPSO Carioca com 196,74 mil boe/d com apenas 4 poços produtores. O poço 7-ATP-6-RJS foi o maior produtor com 65 mil boe/d.

O Painel Dinâmico de Produção de Petróleo e Gás Natural apresenta dados mensais e anuais consolidados, permitindo visualizar a evolução histórica da produção no país e também filtrá-la por campo, bacia, instalação, poço, estado, período de tempo, operador, entre outros. É possível também observar os principais parâmetros de movimentação de gás, como

queima e injeção. Essas informações têm como fonte os dados declaratórios pelas operadoras.

A entrada em operação da P-71 está prevista para dezembro deste ano, devendo atingir o pico de produção até o fim de 2023. A unidade pertence à Petrobras e será a última da série de Replicantes, também composta pelas plataformas P-66, P-67, P-68, P-69 e P-70.

“Essas unidades apresentam alta capacidade de produção, tecnologias avançadas de operação e redução de emissões, com o mesmo projeto de engenharia replicado”, informou a Petrobras, por meio de sua assessoria de imprensa.

Senado aprova programa que financia passagens de idosos no transporte

O Senado aprovou um projeto de lei (PL) que institui o Programa Nacional de Assistência à Mobilidade dos Idosos em Áreas Urbanas (Pnami). O programa consiste em repassar verba do Orçamento da União para custear a gratuidade no transporte urbano para pessoas com mais de 65 anos. Ao mesmo tempo, os outros usuários do transporte público seriam beneficiados com tarifas menores. O projeto segue para apreciação da Câmara.

“O sistema de transporte coletivo urbano nas cidades e no DF, que já vinha de uma situação financeira precária, decorrente de um processo histórico de crescente descompasso entre suas receitas e despesas, sofreu um impacto agudo com a queda de arrecadação por conta da pandemia da covid-19”, justificou o relator do projeto no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM).

“Nesse sentido, caso o sistema de transportes coletivos entre em colapso, um dos grupos que mais iria sofrer com o fim dos serviços seria justamente o dos idosos, que gozam de direito à gratuidade no sistema”, acrescentou o emedebista. A proposta é que o programa tenha a duração de três anos, a partir do ano de aprovação do PL.

JJ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS PARA EMBALAGENS LTDA - ME, TORNA PÚBLICO QUE REQUEREU A LICENÇA PRÉVIA E DE INSTALAÇÃO PARA SERVIÇO DE USINAGEM (TORNO, FRESA, ETC), SITO À RUA GREGÓRIO AVERSA Nº 350 RECREIO SÃO JUDAS, SÃO CARLOS/SP.

USINAGEM CARIM LTDA ME, TORNA PÚBLICO QUE RECEBEU A LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 50053, VÁLIDA ATÉ 01/03/2021, PARA SERVIÇOS DE USINAGEM (TORNO, FRESA, ETC), SITO À TRAVESSA ANTENOR MOREIRA, 40, BAIRRO CENTRO, ITATIBA/SP.

ERE DO BRASIL LTDA., TORNA PÚBLICO QUE REQUEREU NA CETESB A LICENÇA DE OPERAÇÃO PARA FABRICAÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NÃO-ELÉTRICOS, N.E., PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES, SITO À RUA DANTE MARÓSTICA, 581, DISTRITO INDUSTRIAL II, ARARAS/SP.

MARIO CRUZ & CIA LTDA., Torna Público que recebeu a licença de operação nº 52000, válida até 02/03/2022, para fundição de metais ferrosos, sito à Rodovia Brigadeiro Faria Lima nº 2200, Km. 342 + 55 Metros, Jaboticabal/SP.

WRS do Brasil Ltda., Torna público que requereu a licença prévia e de instalação para fabricação de peças e acessórios não-elétricos para veículos automotores, sito à Rodovia Dom Pedro km 87, módulo 16, Ponte Alta, Atibaia/SP.

Polo Indústria Têxtil Ltda., Torna público que recebeu licença de operação nº 340047, válida até 16/02/2022, para serviços de tecelagem, sito à rua João Bosco, 201, Pq Ind. Recanto Nova Odessa/SP.

Garras Agroindustrial S/A, torna público que requereu a licença prévia e de instalação concomitantes para atividade de fabricação de açúcar e álcool, sito à Fazenda da Pedra S/nº - Zona Rural - Serrana/SP.

O serviço autônomo Tornearia de Indaiatuba, torna público que requereu a licença ambiental de instalação, Para a implantação da Sistema de Reciclagem, à Rua João Colin, 786 - Indaiatuba SP

Carol Indústria e Comércio Ltda Epp, Torna Público que recebeu a licença de operação nº 42003 com validade até 28/02/2022 para atividade de fabricação de artigos de bijuterias para uso pessoal, sito à Av. Dr. Fabrício Vampré, Nº 937 - Jardim Nova Itália Limeira/SP.

Julia & Gouvea Bijouterias Ltda., Torna Público que recebeu a licença de operação nº 42002, válida até 20/09/2021, para a atividade fabricação de artigos de bijuterias para uso pessoal, sito à Via Luiz Vargas, 3.215, Chácara Boa Vista Limeira /SP.

São Paulo Empresarial

Diretor Responsável: Alberto Soares
 Diretor Comercial: Leonardo Soares
 Telefones: (11) 5589-5900
 E-mail: Publicidade@saopauloempresarial.com.br
 Site: www.saopauloempresarial.com.br

Circulação
 Estados: de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais
 Representantes: Minas Gerais Sr. Saulo - E-mail: publicidade@specentregasrapidadas.com.br
 Rio de Janeiro: Sr. Luiz Dantas - E-mail: ludantassj@gmail.com
 Opiniões emitidas em artigos são de responsabilidade dos autores

Economia

China ameaça mercado cativo do Brasil na América do Sul

Levantamento divulgado pela Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) revela que, apesar da retomada dos resultados positivos alcançados a partir de 2021 com a amenização da pandemia da covid-19, o Brasil não pode considerar a América do Sul um mercado cativo para suas exportações. Isso se deve, em grande parte, à presença crescente da China, que começou a tirar do Brasil o lugar de principal fornecedor em alguns países, com destaque para Argentina e Chile. “A China está ocupando todo o espaço. A América do Sul é um terceiro mercado para ela”, disse o presidente-executivo da AEB, José Augusto de Castro.

A pesquisa da AEB mostra que os resultados acumulados em 2019, representados pelas receitas de exportação de US\$ 27,8 bilhões, foram afetados em 2020 pela pandemia, caindo para US\$ 22,6 bilhões. Com a amenização da crise sanitária, no ano seguinte, as receitas de exportação tiveram rápida recuperação,



evoluindo para US\$ 33,9 bilhões. Essa retomada continua em 2022, com projeção de receita de exportação para o país na região sul-americana da ordem de US\$ 41 bilhões.

Commodities
Ao contrário do

que ocorre com as exportações brasileiras para o mercado mundial, lideradas por commodities (produtos agrícolas e minerais), as vendas do Brasil para a América do Sul são representadas por produtos manufaturados, de

maior valor agregado. Já nas importações, predominam commodities ou produtos com pequeno benefício.

“O mercado nosso de manufaturados é a América do Sul. Europa e Estados Unidos compram manufatu-

rados [do Brasil], mas muito pouco. Ásia não compra nada”, disse Castro. Segundo ele, isso se explica porque os países da América do Sul exportam commodities e compram manufaturados do Brasil. Nosso país não foge à regra, exporta

commodities e compra manufaturados no mercado externo.

O presidente-executivo da AEB avalia que as exportações brasileiras estão crescendo porque as commodities ainda estão com preços em alta no mercado internacional.

valiação é da Associação de Comércio Exterior do Brasil

Valor das exportações cresce 31,4%, diz FGV

O valor das exportações brasileiras cresceu 31,4% em janeiro e foi liderado pelas commodities, cujo volume subiu 17,4%, contra 6,8% das não commodities informou o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), ao divulgar o Indicador de Comércio Exterior (Ico-mex).

As commodities tiveram participação de 63% no valor total exportado pelo país, enquanto as não commodities participaram com 90% das importações. No caso dos preços, as commodities exportadas tiveram aumento de 13,6%, inferior aos 18% registrados pelas não commodities.

Por setor de atividade, houve aumento no volume exportado da agropecuária (91,3%), seguido da indústria de transformação (16,3%), enquanto a indústria ex-

trativa mostrou queda de 13,4%. Os preços das exportações tiveram aumento de 30,1% na agropecuária e de 20,1% na indústria de transformação, com redução de 2% na indústria extrativa

A balança comercial de janeiro fechou com déficit de US\$ 214,4 milhões, segundo anúncio do Ministério da Economia. Desde 2009, quando as commodities passaram a explicar mais de 50% das exportações nacionais e a China ocupou o posto de principal mercado comprador, o saldo só foi superavitário quatro vezes em janeiro. No ano passado, o saldo mostrou déficit de US\$ 219,8 milhões.

No último mês de janeiro, a China perdeu pontos para os Estados Unidos. Commodities são produtos agrícolas e minerais comercializados no mercado internacional.

Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo nº 0139978-66.2012.8.26.0100. A Dra. Luciana Biagio Laquimia, Juíza de Direito da 17ª Vara Cível da Capital/SP, **Faz Saber** a REAL SOCIEDADE PORTUGUESA DE SANTA MARIA, CNPJ/MF nº 01.599.092/0001-30, que BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S/A atual razão social CCB BRASIL - CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) MÚLTIPLO S/A lhe ajuizou ação de Execução de Título Extrajudicial, contra REAL SOCIEDADE PORTUGUESA DE SANTA MARIA, JOSÉ EDUARDO N. GAMA ALBUQUERQUE, DIVA MARIA DO NASCIMENTO GAMA ALBUQUERQUE e NIREIDE DO NASCIMENTO GAMA ALBUQUERQUE, objetivando a quantia de R\$ 3.095.693,37, referente à Cédula de Crédito Bancário nº 1129621-3, emitida em 01.02.2011, no valor de R\$ 2.810.000,00, com vencimento final em 16.05.2016. Estando a executada em lugar ignorado, expedir-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Será o presente, afixado e publicado. São Paulo, 06 de Janeiro de 2022

Edital de Citação e Intimação. Prazo 20 dias. Processo nº 0173300-14.2011.8.26.0100. O Dr. André Luiz da Silva da Cunha, Juiz de Direito da 17ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, **Faz Saber** a Douglas Said Comércio e Representação Ltda (CNPJ. 05.322.084/0001-01) e Said Mohamad Chafic Said (CPF. 457.519.788-20), que Fundo de Recuperação de Ativos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados lhes ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R\$ 80.042,40 (fevereiro de 2015), representada pela Cédula de Crédito Bancário para Abertura de Crédito em Conta Corrente de Depósito. Estando os executados em lugar ignorado, expedir-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de converter-se em penhora o arresto procedido sobre a quantia bloqueada judicialmente de R\$ 3.230,54. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. SP, 07 de janeiro de 2022

Edital de Citação PROCESSO Nº 1068440-95.2018.8.26.0100 O (A) MM. Juiz(a) de Direito da 26ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Carlos Eduardo Borges Fantacini, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** aos executados Reserva da Mata Empreendimentos Imobiliários Ltda CNPJ 06.169.598/0001-23 e José Olavo Grasseschi Panico CPF 126.088.248-97, bem como aos co-proprietários Ricardo Bocchino Ferrari CPF 164.874.718-36, Alessandra Mara de Freitas Ferrari CPF 172.081.478-33, Paulo de Tarso do Nascimento Magalhães CPF 183.555.688-42e Dione Piratelo Occhipinti CPF 275.287.498-77 e Lageado Empreendimento Imobiliário SPE Ltda CNPJ 18.876.400/0001-20, que Fernando Franzoni ajuizou ação execução, para cobrança de R\$ 8.029.585,58, referente ao Aditamento ao Instrumento Particular de Confissão de Dívida, Constituição de Garantia e Outras Avenças, de 29/01/13. Estando os executados em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 3 dias, a fluir do prazo supra, pague o débito atualizado, com os honorários de 10% reduzidos pela metade ou apresentem embargos em 15 dias, podendo, nesses 15 dias depositar 30% do débito e solicitar o parcelamento do saldo em 6 vezes, com juros de 1% ao mês, e intimação da penhora sobre a fração ideal de 42,5% cabente à co-executada Reserva da Mata, do imóvel matrícula nº 16.899, do 4º CRI-Campinas/SP. Passando a fluir do prazo supra, o prazo de 15 dias para opor embargos, independentemente de nova intimação, sendo nomeado curador especial em caso de revelia. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 07 de janeiro de 2022

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE Prazo do Edital 20 DIAS.PROCESSO Nº 1005627-08.2013.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 34ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Adriana Sachsida Garcia, na forma da Lei, etc. faz saber a JOSE VANDEILTON BEZERRA (CPF/MF 559.244.843-00), que POCI ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA. lhe ajuizou uma Ação Monitória para a cobrança da quantia de R\$ 16.833,86, referente ao não pagamento de cheque.Estando o Réu em lugar ignorado, expedir-se o presente edital, para que tome conhecimento da propositura ação ajuizada e o referido se torna verdadeiro, deferidos por este MM Juíza em decisão de fls. 92. Em caso de não apresentação de embargos ou pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, contados após a fluência do prazo supra, o procedimento será convertido em executivo. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS.

Saúde

Colesterol alto é fator de risco para doenças cardiovasculares



Alerta é da Sociedade Brasileira de Diabetes-Regional Rio

O presidente da Sociedade Brasileira de Diabetes - Regional RJ (SBD-RJ), Daniel Kendler, lembra, no Dia Nacional de Prevenção e Controle do Colesterol, comemorado hoje (8), que o excesso dessa gordura

no organismo é um dos principais fatores de risco para doenças cardiovasculares, como infarto e acidente vascular cerebral (AVC) ou derrame. Cerca de 40% da população brasileira têm colesterol elevado, de

acordo com a Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC).

Em entrevista à Agência Brasil, Kendler, endocrinologista e professor do Instituto de Educação Médica (Idomed) da Univer-

sidade Estácio de Sá, explicou que o colesterol é um tipo de gordura produzida tanto pelo próprio organismo quanto pela ingestão de alimentos.

“Essa gordura é importante para a fabricação de hormônios, para a constituição de membranas celulares. Ela tem várias funções que são super importantes”. Já o excesso de colesterol, entretanto, principalmente do chamado colesterol LDL, ou colesterol ruim, é um dos principais fatores de risco para as doenças cardiovasculares, como infarto e acidente vascular cerebral (AVC) ou derrame. O “colesterol bom” é conhecido como HDL.ABR

Desinformação permanente impacta de políticas públicas à saúde mental

Uma ampla mobilização nacional foi lançada para recuperar as coberturas vacinais, que estão em queda desde 2015. Os esforços para que a população busque a imunização incluíram o fato de o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter recebido a vacina bivalente contra a covid-19 diante das câmeras. Porém, enquanto governo e veículos de imprensa destacavam a necessidade de aumentar a proteção contra as doenças imunopreveníveis, esforço contrário era empreendido nas plataformas digitais, com a divulgação de mentiras, conteúdos descontextualizados e teorias da conspiração que associavam de forma fraudulenta as vacinas até mesmo ao extermínio da população mundial.

Esse movimento negacionista foi destrinchado em um relatório do Laboratório de Estudos de Internet e Mídias Soci-

ais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NetLab/UFRJ). Os pesquisadores mostram que houve um pico de conteúdo antivacinaista nas plataformas digitais no dia em que Movimento Nacional pela Vacinação foi lançado. Somente no Twitter, foram catalogadas mais de 50 mil publicações desse teor.

Entre 26 de fevereiro e 21 de março, mais de 320 mil tuítes, 20 mil publicações no Facebook e 6 mil no Instagram com conteúdo antivacinaista foram identificados pelo laboratório, que também registrou milhares de mensagens em grupos monitorados no WhatsApp e no Telegram e mais de 200 vídeos no TikTok. Enquanto pesquisadores, comunicadores e autoridades empenhavam-se em convencer a população da segurança e eficácia das vacinas, essas mensagens bombardeavam usuários de redes sociais com o oposto.

Alimentos ultraprocessados podem contribuir para perda cognitiva



Especialistas chamam a atenção para danos na criança e adolescente

Dificuldade de lembrar datas, fazer cálculos ou realizar tarefas básicas do dia a dia. As habilidades cognitivas geralmente diminuem à medida que a idade avança. Mas pesquisa feita por cientistas da Universidade de São Paulo (USP) mostra que a perda chega a ser 28% maior entre pessoas que consomem mais alimentos ultraprocessados.

São alimentos que passaram por processo industrial tão intenso que a composição deles já nem parece a de comida de verdade. Encaixam-se nesta categoria pães de forma, salgadinhos, refrigerantes.

O declínio cognitivo foi maior entre as pessoas que consumiam mais de 20% das calorias diárias de ultraprocessados. E não é difícil chegar a essa média: 20% equivale a três fatias de pães de forma por dia.

Os resultados foram apresentados na Conferência Internacional de Alzhei-

mer, realizada na semana passada na cidade de San Diego, nos Estados Unidos.

A pesquisa analisou o desempenho das pessoas que participaram do mais longo e maior estudo de performance cognitiva realizado no Brasil: o Elsa-Brasil. São cerca de 15 mil pessoas, entre 35 e 74 anos, que começaram a ser acompanhadas em 2008 para investigar fatores de risco para doenças crônicas como hipertensão, arterioesclerose e acidente vascular cerebral. O estudo analisou os dados conforme o tipo de alimento consumido: alimentos não processados, como vegetais e frutas, os ingredientes culinários, como sal e óleos, os alimentos processados, com modificações leves como adição de sal ou açúcar, e os ultraprocessados.

Dados do Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da USP mostram que o consumo médio de alimentos

ultraprocessados no Brasil é justamente de 20%. Como é uma média, algumas pessoas consomem muito mais. Mas ainda assim, é um patamar três vezes menor que a de países ricos, onde a média chega a 60%.

Mas é justamente essa diferença que torna um país como o Brasil um mercado cobiçado pela indústria de alimentos, explicou a nutricionista e integrante do Núcleo de Pesquisas em Nutrição e Saúde da USP, Renata Levy. “Nos países já desenvolvidos, como Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, onde o consumo desses alimentos ultrapassa 60% das calorias ou chega bem perto disso, eles não têm mais espaço para crescimento, então, onde eles optam de agir agora é nos países em desenvolvimento”, disse.

Em outubro, entram em vigor as novas regras de rotulagem de alimentos aprovadas pela Anvisa.

Agora, a embalagem de produtos ricos em gordura, açúcar ou sódio vão trazer a informação em destaque no rótulo do produto. Renata acha que é um avanço, mas é preciso fazer mais para inibir o consumo de ultraprocessados.

Outra proposta defendida pelos pesquisadores é proibir a venda de ultraprocessados nas cantinas das escolas, já que no Brasil, os adolescentes são os principais consumidores desse tipo de produto. “Uma das políticas que têm sido adotadas em países como Chile e México é a taxação de alimentos ultraprocessados. No México, por exemplo, já se obteve bons resultados com a taxação de refrigerantes, teve diminuição importante no consumo desses itens alimentícios. O Brasil ainda é muito tímido nesse contexto. É muito difícil você conseguir passar uma taxa ainda nesse país”, acrescentou Renata Levy.

Variola dos macacos: entidades criticam estigma a homossexuais

A contaminação pela variola dos macacos vem se espalhando pelo mundo e trazendo um problema já observado historicamente, quando surgiram os primeiros casos de HIV. Chamada na década de 80 por diversos nomes pejorativos relacionados a homossexualidade, a Aids carregou por anos essa estigmatização.

No último dia 1º, um editorial publicado na Revista Brasileira de Enfermagem alerta para a repetição desse risco, pois o olhar discriminatório ao paciente contaminado com a variola dos macacos pode prejudicar o tratamento, protelando o seu diagnóstico e até mesmo a procura por cuidados com a saúde.

“O fato de relacionar a orientação sexual com o vírus Monkeypox não faz qualquer sentido, já que existem opções de comunicação que se podem mostrar igualmente efetivas, como, por exemplo, focar na prática de relações sexuais entre indivíduos infectados, sem categorizar sexualidades ou práticas em específicos, assumindo uma posição globalizada das ações sanitárias e de controle epidemiológico”, diz o texto.

A própria agência das Nações Unidas para a Aids mostrou preocupação com o fato de a mídia ter reforçado estereótipos homofóbicos e racistas na divulgação de informações em torno da variola dos macacos.

Doença

A monkeypox, como é conhecida internacional-

mente, não é uma infecção sexualmente transmissível, embora possa se espalhar pelo contato íntimo durante as relações sexuais, quando existe erupção cutânea ativa.

A infecção é transmitida a partir das feridas, fluidos corporais e gotículas de uma pessoa doente. Isso pode ocorrer mediante contato próximo e prolongado sem proteção respiratória, contato com objetos contaminados ou contato com a pele.

Foi o que ocorreu com o professor de inglês Peter Branch, de 48 anos. Ele e seu companheiro moram na capital paulista e foram infectados pela doença. O britânico, que vive no Brasil há mais de 9 anos, queixa-se do preconceito envolvendo a enfermidade.

“Fomos infectados indo a um bar heterossexual. Acho que o mais grave é que homens e mulheres heterossexuais não estão prestando atenção aos sintomas e, portanto, infectando os outros também”, disse. “O que incomoda é que as pessoas pensam que isso é só na comunidade gay”, completou.

Ele conta que apresentou febre, dor de cabeça, cansaço, e que as lesões surgiram depois. Ele recebeu atendimento no Instituto de Infectologia Emílio Ribas. “As manchas doeram um pouco, o chato foi o isolamento, não poder brincar com meus cachorros”. Peter já se sente bem e acompanha a recuperação de seu companheiro. ABR

Geral

Serão abertas 549 vagas em diversas áreas

Marinha abre processo para contratação de oficiais temporários



O salário inicial do contratado, que começa no posto de guarda-marinha, é de R\$10.992,04

A Marinha do Brasil abrirá processo seletivo para o Serviço Militar Voluntário (SMV) de Oficiais temporários. Para concorrer às 549 vagas distribuídas nas áreas de saúde, técnica, magistério e engenharia, o interessado terá que escolher entre um dos nove distritos navais (DN) e a área de atuação de interes-

se. Para participar, será necessário que o candidato tenha nível superior completo na respectiva área da vaga a que deseja concorrer. Além disso, é necessário ter entre 18 e 41 anos até a data da incorporação. Inscrição O processo seletivo temporário da Marinha

para praças voluntários receberá inscrições do dia 25 de outubro até 8 de novembro, pela internet. Nesse período, os interessados deverão entrar no site www.ingressonamarinha.mar.mil.br, clicar em Serviço Militar Voluntário, escolher o Distrito Naval para o qual desejarem concorrer, acessar o

link de sua inscrição e o respectivo Aviso de Convocação. Para confirmar, além de preencher o formulário de inscrição, o candidato deve quitar uma taxa no valor de R\$140,00.

Depois de um ano, o militar ocupará o posto de primeiro-tenente, cuja remuneração é de R\$12.532,40.

Polícia interdita falso cartório de notas que funcionava no Rio

Foram encontrados selos verdadeiros e já assinados de outro cartório

A Polícia Civil do Rio de Janeiro prendeu quatro pessoas pelo crime de falsificação de selo ou sinal público. Elas atuavam, direta e indiretamente, em um cartório de notas que funcionava de forma irregular, em Pedra de Guaratiba, zona oeste da capital, interditado pelos agentes da Delegacia de Defraudações.

O cartório Carioca FSP – Serviços Cartoriais informava no letreiro que fornecia soluções e facilidades. Ele funcionava no centro de Pedra de Guaratiba, na Estrada da Matriz, com letreiro grande, induzindo as pessoas ao erro. O falso cartório estava instalado há quase um ano no local.

Durante o monitoramento, a equipe abordou um homem que saiu do falso cartório com um documento que possuía um selo de autenticação, com logomarcas de cartório de ofício.

Após buscas, os policiais encontraram selos de autenticação verdadeiros e já assinados por escreventes do 33º Ofício de Notas, no bairro de Campo Grande, também na zona oeste, além de documentos autenticados. A notí-

cia inicial era de que os selos seriam falsos, mas foi verificado que eram verdadeiros, comprovando-se, assim, o desvio do cartório para a atividade ilegal.

Dois dos presos eram responsáveis pelo falso cartório e os outros dois eram escreventes do ofício de nota, que desviavam os selos.

Após a ação dos policiais, os autores foram levados à sede da especializada, onde foram formalizados os autos de prisão em flagrante.

“No decorrer da diligência, descobrimos que havia a participação de convivência de dois escreventes de um ofício de notas de um cartório verdadeiro que faziam essa parceria com o cartório ilegal e forneciam os selos já assinados de autenticação para eles não precisarem nem ir ao cartório. Essas pessoas que não tinham nenhum tipo de fé juramentada, de treinamento e capacitação para isso, tinham em posse selos de autenticação e autenticavam documentos de pessoas de boa fé”, afirmou o delegado Alan Luxardo, responsável pela investigação.

Pesquisadores descobrem espécie de árvore gigante na Mata Atlântica

A única espécie de árvore gigante do gênero *Dipteryx* na Mata Atlântica foi descoberta no município de Branquinha, em Alagoas, por pesquisadores do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). A descoberta integra a tese de doutorado da pesquisadora Catarina Silva de Carvalho, egressa da Escola Nacional de Botânica Tropical do Jardim Botânico, e teve como coautores os pesquisadores Haroldo Cavalcante de Lima, Domingos Cardoso, Débora Zuanny e Bernarda S. Gregório.

“A maioria das espécies é amazônica, mas através da consulta herbária, a gente viu que tinha esse material da Mata Atlântica, que era muito diferente. Só que a gente não conseguia descrever a espécie porque os materiais eram muito antigos e poucos. Também, quando a gente ia nas áreas citadas nos

herbários, as matas tinham sido derrubadas. Já haviam sido dizimadas”, explicou Catarina Carvalho à Agência Brasil.

A conclusão inicial dos pesquisadores era que as árvores haviam sido extintas.

Espécie Durante o doutorado, Catarina foi contatada pelo Inventário Florestal Nacional relatando que estavam com essa árvore e que não sabiam como identificar. “Na hora em que coloquei os olhos nesse cato, vi que se tratava da espécie que eu achava que estava extinta. Era lá de Branquinha (AL)”. Os pesquisadores acabaram indo em campo e conseguiram coletar a espécie, o que foi fundamental para que pudessem descrevê-la.

Com o tronco de cor clara, que se destaca na floresta, a espécie foi catalogada como *Dipteryx hermetopascoaliana*, em homenagem ao compositor e multi-instrumentista alagoano Hermeto Pascoal. Para

Catarina Carvalho, tal como a árvore, Hermeto Pascoal é um gigante da música nordestina e do jazz instrumental e se destaca no cenário musical brasileiro.

“A gente achou que combinava muito com Hermeto, esse músico nosso, nordestino, gigante do jazz multi-instrumentalista”. Para os pesquisadores, assim como Hermeto é símbolo de resistência da diversidade da cultura brasileira dentro do universo do jazz, constituindo referência mundial, a árvore gigante *Dipteryx hermetopascoaliana* catalogada agora é símbolo de resistência da mega diversidade da Mata Atlântica.

A *Dipteryx hermetopascoaliana* é uma árvore bem mais alta do que o restante das árvores da floresta. Catarina espera que, assim que tomarem conhecimento da descoberta, os proprietários da fazenda possam se interessar em conservar a nova espécie de árvore gigante.

Edital de Interdição Edital Para Conhecimento de Terceiros, Expedido Nos Autos de Interdição de Maria Piedade Reis de Sousa Lima Requerida Por Edna Reis de Souza Lima - **Processo Nº1021331-22.2017.8.26.0100** O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr. RICARDO CUNHA DE PAULA, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 06/11/2018, foi decretada a INTERDIÇÃO de Maria da Piedade Reis de Souza do seguinte teor: Posto isso, acolho o pedido para decretar a INTERDIÇÃO de Maria da Piedade Reis de Souza Lima, brasileira, viúva, aposentada, RG 03.224.613-4, CPF 036.299.617-20, com endereço à Campinas, 953, apto. 91, Jardim Paulista, CEP 01404-001, São Paulo/SP, nascida em São Luiz/MA, em 08/05/1932, filha de Humberto Reis e Raimunda Albuquerque Reis, portadora de Alzheimer (CID-10 G30), afetando todos os atos da vida civil relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, nomeando-lhe curadora Edna Reis de Souza Lima, brasileira, divorciada, médica, RG 2760456-0, CPF 410.304.787-91, com endereço à Rua Campinas, 953, Apto 91, Jardim Paulista, CEP 01404-001, São Paulo/SP. O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, uma vez na imprensa local e afixado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 07 de janeiro de 2022. (07, 19 e 27 janeiro de 2022)

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS. PROCESSO Nº 1053209-96.2016.8.26.0100 O MM. Juiz de Direito da 12ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr. Ricardo Pereira Junior, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** aos que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento, expedido nos autos de DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA requerida por Cássia Maria de Oliveira Toledo Barreto, em curso por este juízo, que estando Simão de Toledo, Brasileiro, pai BENTO DE TOLEDO SOBRINHO, mãe ANDRELINA DA CONCEIÇÃO, Nascido 30/03/1918, em lugar incerto e não sabido e desaparecido há aproximadamente 80 anos, foi determinada a expedição do presente edital, que será publicado pela Imprensa Oficial durante um ano, de dois em dois meses, ficando o mencionado senhor citado da presente ação e, para no prazo de lei, integrar a instância e alegar o que se lhe oferece em defesa de seus direitos e bens, sob pena de, findo o prazo e não havendo manifestação, prosseguir-se no feito à sua revelia, valendo a citação para todos os atos e termos do processo, devendo o citado fazer-se representar nos autos por advogado legalmente constituído. A ausência foi declarada por termo de audiência proferido pelo MM Juiz de Direito Dr. Ricardo Pereira Júnior, datado de 13 de agosto de 2017, tendo sido nomeada como curadora Cássia Maria de Oliveira Toledo Barreto. Nos termos do artigo 745 do NCPC, fica o citado advertido de que a sua não manifestação presumirá como verdadeiro o alegado. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 09 de janeiro de 2022

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE UM ANO. PROCESSO Nº 1004888-86.2014.8.26.0007 O MM. Juiz de Direito da 12ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr. Ricardo Pereira Junior, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** aos que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento, expedido nos autos de DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA requerida por Ivandete Gomes de Azevedo, em curso por este juízo, que estando SUSE KELLY GODOI GOMES, Brasileira, pai Jose da Rocha Gomes, mãe Maria Luzinete de Godoi, Nascida 16/06/1972, em lugar incerto e não sabido e desaparecida desde março/2000, foi determinada a expedição do presente edital, que será publicado pela Imprensa Oficial durante um ano, de dois em dois meses, ficando a mencionada senhora citada da presente ação e, para no prazo de lei, integrar a instância e alegar o que se lhe oferece em defesa de seus direitos e bens, entrando na posse dos bens arrecadados, conforme auto de arrecadação de fls. 155, sob pena de, findo o prazo e não havendo manifestação, prosseguir-se no feito à sua revelia, valendo a citação para todos os atos e termos do processo, devendo a citada fazer-se representar nos autos por advogado legalmente constituído. A ausência foi declarada por termo de audiência proferido pelo MM Juiz de Direito Dr. Ricardo Pereira Júnior, datado de seis de dezembro de 2017, tendo sido nomeada como curadora Ivandete Gomes de Azevedo. Nos termos do artigo 745 do NCPC, fica a citada advertida de que a sua não manifestação presumirá como verdadeiro o alegado. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 09 de janeiro de 2022

Negócios

Chuva pode ter apodrecido vagens de soja em Mato Grosso

A previsão de colheita recorde de 127 milhões de toneladas de soja na safra 22022/2023 enfrenta um obstáculo. Observado desde a safra anterior, o apodrecimento de vagens no Mato Grosso intensificou-se nesta safra, segundo comunicado da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Em comunicado recente, a Embrapa advertiu que o problema, que pode reduzir a produtividade em até 20%, concentra-se nos municípios de Sorriso, Ipiranga do Norte e Tapurah. Em parceria com outras instituições e empresas, a Embrapa está pesquisando as causas do apodrecimento das vagens, mas adverte que a questão pode estar ligada à estiagem e às altas temperaturas ocorridas no segundo

semestre de 2020.

Segundo a Embrapa, a hipótese para a causa do apodrecimento das vagens, que resulta em grãos enrugados, está ligada ao ambiente desfavorável para o crescimento da lavoura. No fim de Fevereiro e no início de Março, boa parte da região central do Brasil registrou uma onda de chuvas recorde em vários estados.

“Diante das observações e análises realizadas até o momento, a hipótese da causa do apodrecimento de vagens está ligada a um conjunto de fatores relacionados ao ambiente desfavorável e à sensibilidade de determinadas cultivares. O ambiente desfavorável trata-se, muito provavelmente, de estresses térmicos, com elevadas temperaturas, associadas com déficit hídrico”, destacou o co-

municado da Embrapa.

O órgão também investiga a hipótese de que o apodrecimento seja provocado por fungos, mas as investigações não demonstraram causa direta. Isso porque os pesquisadores encontraram diversidade de fungos,



tanto em vagens boas como apodrecidas, e porque muitas áreas em que o problema foi detectado foram submetidas a aplicações de fungicidas, sem prejuízo para as folhas.

“Muitas áreas com apodrecimento de vagens são expostas a

aplicações regulares de fungicidas e apresentam boa sanidade foliar. Até o momento, não há evidências de que o problema seja decorrente de ataque de uma nova doença”, destacou a Embrapa em comunicado.

A pesquisa nas la-

vouras afetadas consiste em identificar os fitopatógenos (agentes causadores de doenças), em avaliar a nutrição das plantas na ocorrência da anomalia e em observar as relações entre o teor de lignina nas vagens e o enrugamento dos grãos.

Agricultores fazem parte do projeto Conexão Mata Atlântica

Produtores rurais recebem Pagamentos por Serviços Ambientais

Produtores rurais prestadores de serviços ambientais do estado do Rio de Janeiro receberam, R\$ 1 milhão em Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA). Eles fazem parte do primeiro edital de seleção pública realizado em 2020 do projeto Conexão Mata Atlântica, uma parceria do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), vinculado à Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (Seas), e à Secretaria de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Pesca (Seappa).

Nesse edital foram contratados 1.773 hectares, o equivalente a 2.483 campos de futebol de florestas nativas conservadas e 268 hectares de áreas em fase de restauração, implementadas em grande parte como medidas compensatórias de impacto ambiental.

Os estados de Minas Gerais e São Paulo

também fazem parte do projeto Conexão Mata Atlântica, que tem participação ainda do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), com financiamento do Fundo Global para o Meio Ambiente, por meio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O projeto tem recursos de US\$ 31,5 milhões, que se somam a R\$ 175,3 milhões em contrapartidas dos estados. O Conexão Mata Atlântica reconheceu e recompensou 448 produtores rurais prestadores de serviços ambientais, os quais realizaram ações que permitiram a conservação de 5,5 mil hectares de Mata Atlântica. Cabe ao ministério o desenvolvimento e aplicação da metodologia de monitoramento da biodiversidade e dos estoques de carbono gerados pelo projeto.

Alta nas duas faixas de renda ocorre depois de dois meses de queda

Percentual de famílias com dívidas a vencer atinge recorde de 78%



O percentual de famílias com dívidas a vencer cresceu 0,7 ponto percentual em julho, atingindo a marca recorde de 78% dos lares brasileiros. O aumento em relação a julho de 2021 foi de 6,6 pontos percentuais. Os dados são da Pesquisa de

Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada hoje pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

O total de famílias com dívidas ou contas em atraso ficou em 29% em julho, ante 28,5% em junho deste ano e 25,6% em julho de 2021. Desses, 10,7%

disseram não ter como pagar os compromissos assumidos, proporção 0,1 ponto percentual maior do que no mês anterior e 0,2 ponto percentual menor do que no mesmo período do ano anterior.

O aumento do endividamento foi de 0,5 ponto percentual entre as mulheres e de 1 ponto percentual entre os homens, ficando em 80,6% e 77,5% respectivamente. Entre as mulheres, a pesquisa aponta desaceleração

no endividamento nos últimos meses, mas o incremento na comparação anual foi de 8,3 pontos percentuais, enquanto entre

os homens subiu 6,3 pontos percentuais.

Por faixa de renda, a Peic aponta que as famílias na faixa acima de dez salários mínimos mensais contraíram mais 0,8 ponto percentual de dívidas em julho, chegando a 75% com dívidas. Na faixa com renda abaixo de dez salários mínimos, o endividamento cresceu 0,6 ponto percentual, atingindo 78,8%. Nas duas faixas, a taxa é recorde.

Modalidades de endividamento

Por modalidade de endividamento, a Peic mostra queda de 1,2 ponto percentual no número de

famílias que devem no cartão de crédito, a terceira queda seguida. Entre os que têm dívidas, 85,4% possuem dívidas no cartão de crédito. Em abril, a proporção havia chegado a 88,8%.

O número de famílias com contas ou dívidas em atraso subiu 0,5 ponto percentual em julho, para 29%. A proporção é 3,4 pontos percentuais maior do que o apurado em julho de 2022. Já a proporção daquelas que não terão condições de saldar seus débitos ficou em 10,7%, percentual que se manteve praticamente estável no último ano. ABR

JSSL COMERCIAL - ME torna público que requereu à **Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - DECONT - Departamento de Controle da Qualidade Ambiental**, a Renovação da Licença de Operação para atividade de Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras, sito à Avenida Dracena, 377, Jaguaré, Cep: 05329-000, município de São Paulo/SP

BOS INDÚSTRIA COMÉRCIO LTDA - ME torna público que recebeu da **Prefeitura Municipal de Embú Guaçú** a Licença de Operação nº 3787/2016 para Fabricação de blocos de cimento armado ou não, sito à Estrada do Filipinho, 51, Jardim Campestre, Cep: 06900-000, Embú Guaçú – SP

PORTO EMBALAGENS DE MADEIRA LTDA - ME torna público que recebeu da **Prefeitura Municipal de Embú Guaçú** a Licença de Operação nº 4505/2016 para Fabricação de paletes de madeira, sito à Rua Leonardo Scaciotti Neto, 150, Chácaras Lídia Maria, Cep: 06900-000, Embú Guaçú – SP

Ibirapuera Indústria e Comércio de Mármore e Granitos LTDA - EPP torna público que solicitou junto à Secretaria de Gestão Ambiental a Licença de Operação para atividade: “Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras” no endereço: Av. Nova Lions nº 1580 e 1590 - Rudge Ramos - São Bernardo do Campo.

RAMOS IND. E COM. DE PLÁSTICOS LTDA-ME., torna público que requereu da SVMA, a Licença Ambiental de Operação (Regularização), cujo N° do Processo: 2016-0.246-589-0, para artefatos em acrílico e de etiquetas resinadas, fabricação de, sito à R. Alexandre Correa da Silva, 50, Socorro, São Paulo/SP.”

NERVAL E FILHO SERVIÇOS E COMÉRCIO ME CNPJ 26.161.733/0001-00, situada à Rua Porto Alegre, nº 86 - Sala 11 - Jardim Santa Marta, Santana de Parnaíba, torna público que recebeu junto a Prefeitura de Santana de Parnaíba, através do processo nº 415.559 - OS 10.658/19, Licença Prévia de Instalação e Operação (LPIO) nº 033/2019, para a atividade de Fabricação de artefatos de material plástico para uso pessoal e doméstico - recipientes térmicos (cooler), emitida em 05/01/2022 com validade até 05/04/2026 .”

Nacional

INSS alerta contra golpes que prejudicam aposentados

Maioria dos casos ocorre por ligação telefônica ou e-mail

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) alerta para alguns tipos de golpe contra aposentados e pensionistas. Essa prática se tornou comum nos últimos anos em várias regiões do país.

A maioria das situações ocorre por meio de ligação telefônica aos segurados ou envio de mensagens por e-mail. Além de dados pessoais, os estelionatários também pedem a transferência de dinheiro para a liberação de supostos benefícios.

Segundo o INSS,

em um desses golpes os criminosos têm se passado por integrantes do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) visando pedir a transferência de dinheiro para liberar supostos valores de benefícios atrasados.

Eles ligam para o segurado argumentando que ele teria direito a receber valores atrasados de valores pagos pela Previdência Social. Para a liberação do dinheiro, é solicitado que os segurados informem dados pessoais, além de efetuar o depósito

de determinada quantia em uma conta bancária.

Falsa revisão de benefício

Outra prática fraudulenta aplicada é a da falsa revisão de benefício. Nesse tipo de golpe, os estelionatários abordam os segurados e afirmam que teriam direito a receber valores referentes a uma falsa revisão de benefícios concedidos em governos anteriores. Também é solicitada a transferência de dinheiro para outra conta para a revisão fraudulenta.

Edital de Citação. Prazo 20 dias. Proc. nº 0192071-06.2012.8.26.0100. O Dr. Gustavo Coube de Carvalho, Juiz de Direito da 5ª Vara Cível, **FAZ SABER** a Adriana Alves de Macêdo, CPF/MF 255.178.038-14, que SECID Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S/C Ltda lhe ajuizou ação Monitoria para cobrança de R\$ 2.528,17, representada pelas notas promissórias anexas aos autos. Estando a ré em lugar ignorado, foi determinada a citação por edital, para que em 15 dias úteis, após os 20 dias supra, pague o débito acrescido de 5% a título de honorários advocatícios, hipótese em que ficará isenta de custas processuais, ou ofereça embargos, sob pena de não o fazendo constituir-se de pleno direito o título executivo judicial, presumindo-se verdadeiros os fatos alegados. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. São Paulo, 07 de janeiro de 2022

EDITAL DE CITAÇÃO Juízo de Direito da 5ª Vara Cível do Foro Central Cível. Edital de citação com o prazo de 30 (trinta) dias, na forma abaixo. O Doutor Marcos Roberto de Souza Bernicchi, Juiz de Direito da 5ª Vara Cível do Foro Central Cível, **faz saber** a todos os que o presente edital, com o prazo de 30 (trinta) dias virem ou dele tiverem conhecimento, que neste juízo corre seus trâmites o processo nº 1114764-51.2015.8.26.0100, em que é executada MINI MERCADO CUSTODIA LTDA. - ME CPF Nº 18.257.508/0001-35, parádeiro desconhecido, para a AÇÃO MONITÓRIA e como encontra-se em lugar incerto e não sabido, não sendo possível cita-la pessoalmente, citase pelo presente a comparecer neste juízo, para que efetuar o pagamento da quantia especificada na inicial, devidamente atualizada, hipótese em que ficará isento(a) de custas e de honorários advocatícios ou apresentar embargos ao mandado monitorio no prazo de 15 (quinze) dias. Adverte-se que em caso de revelia será nomeado curador especial, nos termos do artigo 257, IV do CPC. 5ª Vara Cível do Foro Central Comarca da Capital/SP. 5º Ofício Cível

Edital de Citação com Prazo de 20 dias. Processo Digital nº 0057009-81.2018.8.26.0100. O Dr. Marcos Roberto de Souza Bernicchi, Juiz de Direito da 5ª Vara Cível do Foro Central. **Faz Saber** a Vida-Atendimento e Assistência à Saúde Ltda, CNPJ 10.869.276/0001-64 na pessoa de seus sócios Kelly Cristina Boing Gonçalves, CPF nº 216.208.528-37 e Hugo Ernesto Flores Rios, CPF: 227.571.818-40, que Supermed Comércio e Importação de Materiais Médicos e Hospitalares Ltda ajuizou-lhe ação de Execução de Título Extrajudicial para cobrança de R\$ 3.239,86 (junho/2017) referentes a débitos relativos as duplicatas 9380102U, 9381436U, e 9391353U anexas aos autos. Estando a executada em lugar ignorado, expedese edital, para que em 03 dias uteis, a fluir do prazo supra, pague o débito atualizado, acrescido das cominações legais, caso em que a verba honorária será reduzida pela metade, e ou querendo ofereçam embargos no prazo de 15 dias uteis, facultando ao executado nesse prazo, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, mais custas e honorários, requerer o pagamento do saldo em 06 parcelas mensais, acrescidas de correção e juros, sob pena de penhora e avaliação de bens. Ficando advertidos que será nomeado curador especial em caso de revelia nos termos do art. 257, IV. Será o presente edital afixado e publicado na forma da Lei.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0225059-85.2009.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 23ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Cristiane Amor Espin, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) Maximo Sacolão Ltda - Me, CNPJ 07.253.683/0001-38, na pessoa de seu representante legal, e a Severino Fabiano dos Santos, CPF 295.885.294-68, que Banco ABN AMRO Real S/A ajuizou uma Ação Monitoria, objetivando o recebimento de R\$314.553,30 (03.12.2009), acrescidos de juros e correção monetária, referente ao saldo devedor do Contrato de Abertura de Crédito Rotativo com Penhor de Direitos Creditórios Visanet nº 97.4639165. Estando os requeridos em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que, em 15 dias, a fluir após os 20 dias acima mencionados, paguem o valor supra devidamente corrigido, que os tornarão isentos das custas e honorários advocatícios, ou, embargoem, sob pena de conversão do mandado de citação em execução. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 07 de janeiro de 2022.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 0132582-14.2007.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 23ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Cristiane Amor Espin, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Anderson Fhabiano Silva, portador da cédula de identidade RG nº 1.746.255 SSP/ES, inscrito no CPF/MF nº 055.342.497-14 e portador do título de eleitor 0021625911430, que lhe foi proposta Declaratória de Nulidade de Ato Jurídico Pelo Rito Sumário Com pedido de Tutela Antecipada proposta por COMISSÃO DE ADQUIRENTES DO EMPREENDIMENTO SAINT MARTEEN, alegando em síntese: que as alienações das unidades do futuro Condomínio Edifício Saint Marteen, registradas na matrícula 149.879, do 15º Oficial de Registro de Imóveis são fraudulentas; que o réu Anderson Fhabiano Silva em conluio com o ex-sócio Arnaldo Ferraro Pavan intensificaram as ações de ocultação de patrimônio das unidades, requerendo, assim, seja julgada procedente a ação para declarar a nulidade das averbações realizadas na matrícula a partir de 12/05/2006. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, diante de todas as tentativas de citação do réu, que restaram infrutíferas, e que se esgotaram todos os meios possíveis para a localização de novos endereços, sendo determinado, pela MMª. Juíza de Direito da 23ª Vara Cível, a citação por edital do réu, conforme fls. dos autos, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluir após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei, sendo este Fórum localizado na Praça João Mendes s/n, 9º andar salas 900 e 904, Centro/SP, CEP: 01501-900, São Paulo/SP. E, para que chegue ao conhecimento do réu acima nominado e não possa alegar ignorância, foi expedido o presente edital de citação na forma da lei

Citação e Intimação. Prazo de 20 dias. Proc. nº 0721160-08.1998.8.26.0100. A Dra. Leila Hassem da Ponte, Juíza de Direito da 25ª Vara Cível, na forma da lei, etc., **FAZ SABER** a Maria Margarita Concepcion Ferreira Nakamura, CPF/MF 205.410.888-07 e Débora Yuky Nakamura Nomellini, CPF/MF 102.932.818-82, que por parte do Banco Bradesco S/A lhes foi ajuizada, bem como a Anthony Sunão Nakamura, CPF/MF 129.362.218-46 e Milton Tadashi Nakamura, CPF/MF 065.748.818-62, ação de Execução, para cobrança da quantia de R\$ 1.882.919,00 (fls. 810), dívida esta oriunda de 02 Contratos de Empréstimo Pessoal, sob nºs 348/19.773-4 e 348/30.723-8, firmados em 22/10/1997 e 27/11/1997. Ajuizada a ação e, encontrando-se as executadas em lugar incerto e não sabido, foi determinada a citação e intimação por edital, para que no prazo de 03 dias úteis, a fluir após o decurso do prazo de 20 dias supra, paguem o débito atualizado. Em caso de pagamento dentro do tríduo, a verba honorária será reduzida pela metade. No prazo para Embargos, reconhecendo o crédito do exequente e depositando 30% do valor em execução incluindo custas e honorários advocatícios, poderão as executadas requerer o pagamento do restante em 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês. No caso de não pagamento, o arresto procedido no rosto dos autos do processo de inventário nº 98.006056-7, em trâmite perante a 6ª Vara da Família e das Sucessões da Capital, sobre a meação pertencente à executada Maria Margarita Concepcion Ferreira Nakamura, até o valor do débito atualizado, será convertido em penhora, passando a fluir, automaticamente, o prazo de 15 dias úteis para oferecimento de embargos à execução. Ficam ainda a executadas intimadas da penhora no rosto dos autos do processo de inventário supra mencionado, bem como do bloqueio das quantias de R\$ 26,71 (fls 640), R\$ 17,30 (fls. 641), R\$ 32,39 (fls. 643). Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, publicado na forma da lei.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1090518-25.2014.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 30ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). DANIELA DEJUSTE DE PAULA, na forma da Lei, etc., **FAZ SABER** a corrê Dayanny Chacon de Araújo, CPF. 648.327.323-15, que APOLO SISTEMAS GRÁFICOS, COMÉRCIO, SERVIÇOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, ajuizou ação Monitoria, para cobrança 13.515,91(Setembro/2014), referente o Contrato de Compra e Venda de Equipamentos Gráficos, onde a corrê não efetuou o pagamento devido ao Autor, conforme documentos descritos e anexados aos autos. Estando a corrê em lugar ignorado, foi deferida a CITAÇÃO por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta, e para que no prazo de 15 dias, que fluir após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia reclamada ou ofereça embargos, ficando ciente de que o cumprimento da obrigação importará em isenção de custas e honorários advocatícios, sob pena de não o fazendo constituir-se de pleno direito o título executivo, convertendo-se o mandado inicial em mandado executivo, nos termos do art. 700, 701 e 702 do NCP. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito, nos termos do artigo 257, IV do NCP. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo nº 1050732-03.2016.8.26.0100. O Dr. Carlos Eduardo Borges Fantacini, Juiz de Direito da 26ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, **Faz Saber** a Adenira Maria Ribeiro (CPF. 127.646.498-35), que Banco Santander (Brasil) S/A lhe ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R\$ 397.972,43 (novembro de 2017), representada pela Cédula de Crédito Bancário Confissão e Renegociação de Dívida nº 320000092100 (0252010172190) e Cédula de Crédito Bancário Empréstimo Capital de Giro nº 00330987300000001500 (00330987000130001636). Estando a executada em lugar ignorado, expedese edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargoem ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 07 de janeiro de 2022

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1119702-26.2014.8.26.0100 A MM. Juíza de Direito da 35ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dra. GISELE VALLE MONTEIRO DA ROCHA na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Witrans Transporte e Logística Ltda EPP, CNPJ 06.093.935/0001-46, na pessoa de seu representante legal e a Antônio Tadeu Witerkoski, CPF 074.752.288-00, que Banco Santander (Brasil) S/A, ajuizou uma ação Execução de Título Extrajudicial, para cobrança de R\$ 445.900,29 (nov/2017), referente ao saldo devedor da Cédula de Crédito Bancário - Empréstimo - nº 00320120605794530 (024400004100300151). Estando os executados em local ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 03 dias, a fluir após os 20 dias supra, paguem o quantum reclamado, acrescido de juros e correção monetária, bem como honorários advocatícios fixados em 10% sobre o total do débito atualizado, anotando-se que, efetuado o pagamento no prazo de 03 dias, a verba honorária fica reduzida pela metade, tendo o prazo de 15 dias, a fluir após o prazo supra, para oferecerem embargos, facultando aos executados nesse prazo, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, mais custas e honorários, requerer o pagamento do saldo em 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês, sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, inciso IV, do CPC), presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (Art. 344 do NCP). Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.**

Decisão federal cria sistema indenizatório paralelo em Mariana



Entidade aponta riscos ao sistema simplificado

Uma decisão da Justiça federal incluiu a cidade de Mariana no novo sistema criado para indenizar atingidos pelo rompimento da barragem da mineradora Samarco. É o 31º município da bacia do Rio Doce abrangido. Mas a situação de Mariana é peculiar porque, diferente das demais cidades impactadas, as indenizações vinham sendo tratadas, até agora, na Justiça estadual.

A situação vem sendo estudada pela Cáritas. A entidade que presta assessoria técnica aos atingidos no município epicentro da tragédia já preparou uma cartilha onde aponta alguns riscos do sistema paralelo.

A tragédia em Mariana ocorreu no dia 5 novembro de 2015 com a ruptura de uma barragem da Samarco, que tem como acionistas a Vale e a BHP Billiton. Cerca de 39 milhões de metros cúbicos de rejeitos se espalharam pelo meio ambiente, causando impactos ambientais e socioeconômicos em diversas cidades da bacia do Rio Doce, até o litoral no Espírito Santo. A onda

de lama também causou 19 mortes.

Para reparar os danos, as três mineradoras firmaram em março de 2016 um Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) com o governo federal e os governos de Minas Gerais e Espírito Santo. Conforme o acordo, foi criada a Fundação Renova, que ficou responsável pela gestão de mais de 40 programas, entre eles, o de indenização individual. Cabe à Samarco, à Vale e à BHP Billiton financiar todas as medidas.

O processo de indenização é alvo de críticas tanto do Ministério Público Federal (MPF) com do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). Em julho do ano passado, a Ramboll, uma das consultorias externas independentes que assessora a atuação do MPF, apontou que apenas 34% das famílias cadastradas em toda a bacia haviam recebido algum valor indenizatório.

Sistema simplificado

Esse cenário vem mu-

dando desde que foi criado o novo sistema indenizatório simplificado, a partir de uma série de sentenças proferidas pelo juiz federal Mário de Paula Franco Júnior. As primeiras delas, em setembro do ano passado, beneficiaram os municípios de Naque (MG) e Baixo Guandu (ES). A partir de então, milhares de atingidos de outros municípios solicitaram adesão e foram atendidos.

Entre os indenizados, estão trabalhadores informais que até então não haviam sequer sido reconhecidos no processo de reparação, tais como revendedores de pescado, comerciantes, artesãos, agricultores, carroceiros, areeiros, ilheiros e lavadeiras. Eles devem receber quantias que variam entre R\$ 71 mil e R\$ 161,3 mil. São valores referentes a danos materiais e morais e lucros cessantes, isto é, os ganhos financeiros que o trabalhador deixou de obter. Também foi arbitrado valores entre R\$ 17,4 mil e R\$ 54 mil a moradores que pescavam ou plantavam para subsistência.

Internacional

Vila movida a energia solar na Índia promove sustentabilidade e autossuficiência



Kailashben vive no lar do centenário Templo do Sol e agora a primeira vila na Índia que funciona com energia

Em sua visita de dois dias à Índia nesta semana, o secretário-geral da ONU, António Guterres, visitou um projeto modelo no estado de Gujarat, que foi declarado como a primeira vila movida a energia solar do país.

O chefe das Nações Unidas elogiou os moradores pela mudança para a energia renovável que “não apenas está mudando a vida da comunidade, mas também são úteis no combate às mudanças climáticas”.

Gadvi Kailashben vive em Modhera, lar do centenário Templo do Sol e agora a primeira vila na Índia que funciona com energia solar. Com a pequena renda que ganha com agricultura ela cuida de sua família. O governo instalou painéis solares em sua casa, o que trouxe alívio necessário nas despesas domésticas.

“Antes, quando a energia solar não existia, eu tinha que pagar uma quantia enorme pela conta de luz, cerca

de ₹ 2 mil (pouco mais de US\$ 25). No entanto, com a instalação do solar, minha conta de luz agora é zero. Tudo, desde a geladeira até a máquina de lavar, agora funciona com energia solar na minha casa. Não estou pagando nem ₹1 de conta de eletricidade agora”, contou Gadvi Kailashben.

Com o dinheiro extra, ela consegue poupar e usar para as despesas diárias da casa e para a educação de seus filhos. Além de permitir que

os moradores de Modhera usem aparelhos elétricos para tornar a vida mais confortável sem se preocupar com a conta de eletricidade, a conversão para uma fonte de energia limpa e renovável também está se tornando uma fonte de renda.

Ashaben Mahendrabhai mora com o marido e dois filhos. Ela contou que a conta de sua fazenda costumava ser muito alta, mas desde a instalação solar na vila, estão economizando muita.

Comitê dos Direitos da Criança responsabiliza cinco países por falta de ação climática

O Comitê de Direitos da Criança das Nações Unidas decidiu de forma inédita que cinco Estados são responsáveis por não tomarem iniciativas contra mudanças climáticas que impactam diretamente a qualidade de vida de jovens.

O Brasil está na lista de países abrangidos, junto com Argentina, França, Alemanha e Turquia. O Comitê determinou que as

nações possuem controle efetivo sobre as atividades que são fontes de emissões de carbono e seus danos.

Processo A comissão formada para análise do caso realizou audiências orais com os representantes legais das crianças e dos Estados entre maio e setembro de 2021. Os autores também foram ouvidos diretamente.

Sobre o resultado, a

representante do Comitê, Ann Skelton, afirmou que os Estados são responsáveis pelo efeito negativo de emissões de carbono em seu território e que os resultados impactam os direitos das crianças tanto dentro quanto fora dos países investigados.

Ela seguiu lembrando que a “natureza coletiva das causas das mudanças climáticas não deve absolver um Estado de sua responsabilidade

individual”.

Ainda com um resultado positivo da petição dos jovens ativistas, a Comissão afirmou que não pode julgar se os Estados haviam violado suas obrigações com a Convenção sobre os Direitos da Criança.

O resultado também buscou encorajar as crianças a levarem as pautas que ficaram em aberto para os sistemas nacionais, que possuem competência no assunto.

Relatores querem investigação sobre explosão de Beirute em 2020

Objetivo é garantir justiça para as vítimas; explosão no Líbano, em 2020, matou mais de 200 pessoas; segundo especialistas em direitos humanos, processo de investigação nacional foi obstruído várias vezes; país continua em crise e moeda libanesa perdeu mais de 95% de seu valor nos últimos dois anos.

Um grupo de relatores independentes da ONU* pediu ao Conselho de Direitos Humanos que realize uma investigação internacional sobre a explosão que ocorreu em Beirute, há dois anos. O objetivo é garantir justiça para as vítimas.

A grande explosão, causada por um estoque de nitrato de amônio em um armazém portuário, ocorreu em 4 de agosto de 2020 e matou mais de 200 pessoas. Uma vasta área da capital libanesa foi destruída.

Investigação

Há dois anos, logo após a explosão, 37 especialistas em direitos humanos da ONU emitiram uma declaração conjunta pedindo ao governo libanês e à comunidade internacional que respondessem aos pedidos de justiça e restituição. Mas, segundo os especialistas, o processo de investigação nacional foi obstruído várias vezes.

As famílias das vítimas apelaram à comunidade internacional para estabelecer uma investigação independente através do Conselho de Direitos Humanos, na esperança de conseguirem respostas que as autoridades libanesas não forneceram.

Os especialistas relataram que a “tragédia marcou uma das maiores

explosões não nucleares da memória recente, mas o mundo não fez nada para descobrir por que aconteceu”.

Eles disseram estar desanimados que as pessoas no Líbano ainda aguardam justiça, e pediram que uma investigação internacional seja iniciada o mais rápido possível.

Negligência e corrupção

Recentemente, os relatores visitaram o país e descobriram que a responsabilidade pela explosão ainda não foi estabelecida, as áreas afetadas permanecem em ruínas e os fundos de reconstrução da comunidade internacional mal começaram a chegar aos legítimos beneficiários.

Para eles, a explosão e suas consequências trouxeram à tona problemas sistêmicos de governança negligente e corrupção generalizada no Líbano.

Com o país em crise, o acesso a alimentos e outros recursos continua ameaçado. O Líbano importa até 80% de seus alimentos, e a explosão danificou o principal ponto de entrada do país e o silo de grãos.

Luta diária

Os libaneses também estão lutando para ter acesso a combustível, eletricidade, remédios e água potável; a moeda perdeu mais de 95% de seu valor nos últimos dois anos, e a taxa média de inflação em junho foi de cerca de 210%, de acordo com os especialistas.

Eles disseram que alguns países prometeram ajudar as pessoas no Líbano após a explosão, mas até agora não fizeram o suficiente para levar justiça e iniciar uma investigação internacional. ONU

Soldados de Paz de Portugal: servindo o povo da República Centro-Africana

Portugal é um parceiro-chave da iniciativa Ação para Manutenção da Paz, A4P, das Nações Unidas, que busca construir operações mais fortes e eficazes com mandatos mais enxutos e focados.

A força portuguesa de cerca de 200 pessoas inclui forças de reação rápida, soldados de infantaria e outros especialistas.

As mulheres boinas-azuis desempenham um papel fundamental na ajuda à estabilização da República Centro-Africana, que sofre com a insegurança há vários anos.

O contingente português opera em algumas das zonas mais perigosas da República Centro-Africana e está sob o fogo de grupos armados. Os boi-

nas-azuis implementam uma ampla gama de tarefas obrigatórias, incluindo a proteção de civis.

Além de patrulhar, as forças de paz portuguesas frequentemente fornecem cuidados médicos a pessoas em áreas onde os serviços de saúde foram interrompidos.

O major-general português Paulo Emanuel Maia Pereira é atualmente o vice-comandante da Minusca, que conta com cerca de 13,5 mil militares uniformizados.

Atualmente, o maior contingente de forças portuguesas para uma missão de paz da ONU é na República Centro-Africana. Portugueses também serviram em grande número em outras missões, incluindo Timor-Leste.

Puxados por cereais, preços dos alimentos sobem ainda mais

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, FAO, revelou que os preços dos alimentos seguiram a tendência de alta em setembro.

Os custos das commodities subiram liderados pelas limitações no abastecimento e pela forte demanda em alimentos básicos, como trigo e óleo de palma.

Índice

O Índice de Preços dos Alimentos teve alta de 1,2% em relação ao

mês passado e foi 32,8% superior no mesmo período no último ano. O indicador internacional acompanha as variações mensais nos preços das commodities alimentares.

Os cereais subiram 2%, impulsionados pelo trigo, que viu alta de 41% em comparação com 2020. A subida de preços está ligada a problemas logísticos e crescimento da demanda.

O arroz e o milho também tiveram aumento graças a melhores perspectivas com o início das colheitas em alguns

países, balanceando os impactos das interrupções portuárias após os furacões nos Estados Unidos.

Óleos vegetais, produtos derivados de leite e açúcar também estão em alta. De acordo com a FAO, o preço da carne permaneceu estável em comparação com agosto, mas subiu em 26% nos últimos 12 meses.

Cereais

A produção mundial de cereais em 2021 deve atingir um novo recorde e chegar na casa de 2,8 bilhões de toneladas. O

aumento de 1,1% não será capaz de suprir a necessidade global, de acordo com as estimativas da FAO.

O consumo de cereais deve ser 1,8% maior que a disponibilidade da safra, liderado por um aumento no uso de trigo para ração animal, tendência impulsionada pelos altos preços em outros grãos.

Assim, é esperada uma retração nos estoques de cereais. Entretanto, de acordo com a agência da ONU, o nível ainda é seguro.